

Escândalo:

Secretário Adjunto do MME, no seu voto no Conselho de Administração da Eletrobras, instrui investidores ricos da Eletrobras a ganharem, no mínimo, R\$ 2,5 bilhões, pagando o bônus de outorga através de precatórios federais com deságio!

O artigo 37 da Constituição Federal é claro:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)**

A leitura do voto do Secretário Executivo Adjunto do MME, o bolsonarista Bruno Eustáquio Ferreira Castro de Carvalho, causou perplexidade aos empregados da Eletrobras, ao ensinar aos investidores um “jeitinho” para economizar bilhões de reais na compra da Eletrobras. Vejam com os próprios olhos:

Razão de Voto Qualificado na 918ª reunião do CA – 20.01.2021

Conselheiro BRUNO EUSTÁQUIO F. CASTRO DE CARVALHO

5. OUTROS ASPECTOS INERENTES AO PROCESSO DE CAPITALIZAÇÃO

*Embora não computado na presente análise, a Emenda Constitucional 113, alterou o Art. 100 da CF parágrafo 11, facultando ao credor, conforme estabelecido em lei do ente federativo devedor, com auto aplicabilidade para a União, a oferta de créditos líquidos e certos que originalmente lhe são próprios ou adquiridos de terceiros reconhecidos pelo ente federativo ou por decisão judicial transitada em julgado para: “...III - pagamento de outorga de delegações de serviços públicos e demais espécies de concessão negocial promovidas pelo mesmo ente;...” **Em apertada síntese, a Eletrobras, indo a mercado, poderia comprar com deságio precatórios e saldar seus compromissos decorrente da capitalização junto à União. A título de exemplo, a Empresa ao ter de liquidar o bônus de R\$ 25,4 bilhões, em eventual oferta secundária, poderia ir a mercado buscar este montante via precatório e, com um desconto de face de 10%, já teria um custo evitado da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Neste quesito como em outros, a aceleração de determinados processos coloca a empresa em posição de vantagem na redução de custos, como no exemplo supramencionado neste item.***

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...)

*Releva informar, ainda, que **outros benefícios, embora não sistematizados na presente análise, merecem ser destacados, como por exemplo, eventual ganho com a nova política de precatórios, alçando a empresa a possibilidade de pagar a bonificação de outorga com valor de face em seu benefício; a estratégia de comercialização que já vem sendo trabalhada fortemente nos últimos dois anos; e a liberdade para otimização do custo de capital da empresa, permitindo a construção de uma carteira integrada de portfólio de projetos.** (Voto Bruno Eustáquio, páginas da Ata 24-26, pdf, ou 106-108, canto superior). A Ata é pública e está [AQUI](#).*

Vamos traduzir: o homem forte do MME sugere aos investidores ricos da Eletrobras comprarem precatórios com o deságio de 10% para pagar o bônus de outorga,

economizando bilhões de reais. No exemplo usado por ele em seu voto, você gasta R\$ 22,5 bilhões para pagar o valor de outorga de R\$ 25 bilhões, tendo um lucro de R\$ 2,5 bilhões!

Dado que estamos num país de desemprego conjuntural e estrutural, inflação galopante (energia, gás de botijão, combustíveis, alimentos, conta de água), baixo crescimento econômico, baixíssimo investimento direto público ou privado, os investidores ricos da Eletrobras não terem dificuldades de comprar precatórios com elevados deságios!

Segundo pesquisa feita pela AEEL, os precatórios federais são comprados com deságios de até 15% a 35%, sendo pago o valor líquido de 85% a 65%, muito acima da porcentagem sugerida pelo homem forte do MME.

Quem ganha com este jeitinho? Os fundos de investimento e investidores ricos da Eletrobras. No exemplo do conselheiro, os bilionários donos da Eletrobras podem lucrar R\$ 2,5 bilhões. Se levamos em conta um deságio de 35% (dado que a estagflação da conjuntura brasileira favorece a compra de precatórios com deságios maiores) o lucro pode chegar a R\$ 8,75 bilhões.

Neste caso, quanto efetivamente os investidores ricos gastariam para pagar o bônus de outorga? No exemplo do conselheiro Bruno, pagariam R\$ 22,5 bilhões. No caso de comprar precatórios com deságio de 35%, pagariam a pechincha de R\$ 16,25 bilhões!

Veja que o conselheiro não está preocupado que entre recursos no caixa da União e sim, está empenhado em facilitar a vida e promover elevada economicidade (o conselheiro usa a expressão "custo evitado") aos bilionários donos de ações da Eletrobras que, segundo o voto tecnicamente do Ministro Vital do Rêgo, já estão pagando metade do valor do bônus de outorga! Comprariam Eletrobras por uma esmola maior ainda!

Resolvemos então fazer uma continha para a sociedade entender. Ao invés de estimular o pagamento com precatórios, imagine se os bilionários pagassem R\$ 25 bilhões do bônus de outorga em recursos que fossem para o SUS. O investimento anual per capita do SUS em 2020 foi de R\$ 569 reais, o que daria para pagar a conta de 43,9 milhões de brasileiros.

O dinheiro que colocariam no bolso através da compra de precatórios com deságio de R\$ 2,5 bilhões daria para investir no SUS para 4,39 milhões de brasileiros e o deságio de R\$ 8,75 bilhões daria para investir no SUS para 15,3 milhões de brasileiros. Mas, um governo negacionista sempre preferirá beneficiar investidores ricos à saúde da população.

A AEEL permanece contra a venda da Eletrobras pelo papel estratégico que exerce para o desenvolvimento local, regional, nacional e fronteiro e por vender a energia em cotas que é a mais barata na conta de luz de mais de 110 milhões de faturas de energia, de norte a sul do país, das diversas classes de consumo. Por termos muitas residências que moram várias pessoas, a privatização da Eletrobras atingirá toda a população brasileira, direta ou indiretamente.

As contas de luz das famílias rurais e urbanas, comerciantes, hospitais, creches, lojistas, pequenas e médias indústrias, escolas, subirão assustadoramente a partir de 2023, usurpando o direito à energia barata que o povo tinha até 2042, através das usinas de cotas da Eletrobras. O povo sofrido e aguerrido pagará uma segunda vez por usinas já amortizadas.

Nos últimos dois anos de Governo Bolsonaro a conta de luz já subiu mais de que o dobro da inflação.

Repudiamos esta proposta ridícula do conselheiro bolsonarista, homem forte do MME, de estimular subterfúgios para que investidores bilionários, acionistas da Eletrobrás, possam economizar bilhões com a operação, aproveitando do desespero dos cidadãos que estão com precatórios nas mãos e aceitam receber qualquer esmola, que é melhor que nada, pois Guedes já afirmou categoricamente a sua aversão em pagar as dívidas da União com a sociedade brasileira.

Guedes só quer ganhar dividendos estratosféricos advindos da criminosa política de preços da Petrobras e alienação de ativos a preço de banana, ao invés de pagar as dívidas da União com os cidadãos.

Vamos enviar este informe para parlamentares e ministros do TCU e mostrar que o Poder Executivo, além da tratoragem, subavaliação do bônus de outorga, descon sideração da repotenciação das usinas e descon sideração da venda de potência contínua preparando uma “caixinha de surpresas” para ajudar o sistema financeiro a lucrar bilhões com a capitalização da Eletrobrás, a preço de bala Juquinha, ou melhor, a preço de precatório comprado com deságio no meio de uma recessão, após o Ministro Guedes deixar claro que não pagará precatórios em 2022!

Não toleraremos esta jogadinha ensaiada entre os militares bolsonaristas do MME e tecnocratas ultraliberais do Ministério da Economia!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 3 de março de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobrás – AEEL

